

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque: (em negrito) Matérias que citam o Ministro Bento Albuquerque ou o MME:

Sumário

VEÍCULO: Valor Econômico.....	1
Título: Verba de acordo da Petrobras pode ir para Amazônia, diz PGR	1
Título: Bandeira tarifária, essa mal compreendida	3
Título: ArcelorMittal adia volta de alto-forno	6
Título: Conselho da Petrobras analisa nomes para área de governança	7
Título: CBA paga US\$ 50 mi por unidade da Arconic	8

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 27/08/2019

Seção: Brasil

Autor: Mariana Muniz | De Brasília

Título: Verba de acordo da Petrobras pode ir para Amazônia, diz PGR

A procuradora-geral da República, Raquel Dodge, opinou da maneira favorável ao pedido feito pela Câmara dos Deputados ao Supremo Tribunal Federal (STF) para que parte dos R\$ 2,5 bilhões pagos pela Petrobras em decorrência de acordo firmado com o governo dos Estados Unidos seja destinada ao combate aos incêndios na Amazônia.

Conforme manifestação da Procuradoria Geral, R\$ 1,2 bilhão deve ter como destino o Ministério do Meio Ambiente, com R\$ 200 milhões voltados ao descontingenciamento e R\$ 1 bilhão para financiar ações de proteção ambiental.

O parecer de Dodge foi feito no âmbito da ação, proposta pela própria PGR, que discute a destinação dos recursos do acordo da Petrobras e a criação da chamada "Fundação Lava-Jato". Na sexta-feira passada, a Câmara dos Deputados fez um pedido para que a verba fosse colocada à disposição do socorro da Amazônia.

Na manifestação, a procuradora-geral destacou a importância da destinação de recursos para a educação. No entanto, por compreender a gravidade e a urgência da situação relacionada à questão ambiental na Amazônia, se manifestou de forma favorável à inclusão de órgãos ambientais entre os legitimados para receber parte do dinheiro.

"Nessa perspectiva, considero necessário ao interesse público a repartição dos valores e destinação dos recursos para incluir a proteção ambiental sustentável, o que atende a toda a sociedade brasileira", afirmou Dodge, citando a necessidade de debelação dos focos de incêndio, bem como das ações de prevenção e de fiscalização.

Na petição, a procuradora-geral também pediu a criação de um comitê com representante dos ministérios do Meio Ambiente, Agricultura, Defesa e Justiça, além de Incra, Ibama, Ministério Público Federal e Poder Judiciário. Caberá a esse colegiado elaborar um plano sustentável de proteção da floresta amazônica, o qual deverá indicar medidas e projetos a serem executados com os recursos destinados por meio da petição.

A PGR também reiterou a importância de que o acompanhamento das execuções orçamentária e financeira, decorrente da alocação do dinheiro nas ações definidas, seja feito diretamente pela Controladoria-Geral da União (CGU) e também pelo Tribunal de Contas da União (TCU).

Ontem, após uma reunião de emergência convocada na semana passada para apurar o chamado "dia do fogo no Pará" (em que houve disparada nos focos de incêndio no Estado), Dodge disse que há suspeita de ação "longamente" orquestrada em torno das queimadas que atingem a floresta amazônica.

"Há suspeita de uma atuação que foi longamente cultivada para chegar a esse resultado. E o que nós percebemos da conversa de hoje é que há sinais disso, há elementos que justificam a abertura de inquéritos para investigar e punir os infratores", afirmou.

Na reunião estavam presentes integrantes da chamada Força-Tarefa Amazônia e os procuradores-gerais do Amazonas, do Pará, do Acre e de Rondônia.

A procuradora-geral afirmou que pediu a abertura de inquérito para "promover a persecução penal daqueles que incentivaram que queimadas fossem adotadas em terras federais e em terras de unidade de conservação federal ao longo da floresta".

Na esteira das manifestações da PGR, o ministro do STF Alexandre de Moraes convocou uma reunião amanhã com as partes envolvidas na ideia de usar o dinheiro do fundo da Petrobras na Amazônia. Foram chamados, além da PGR, a Secretaria de Governo, a presidência da Câmara, o Ministério da Economia, a Procuradoria-geral da Fazenda Nacional e a Advocacia-Geral da União.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 27/08/2019

Seção: Opinião

Autor: Claudio Sales e Eduardo Monteiro

Título: Bandeira tarifária, essa mal compreendida

A Aneel, agência reguladora do setor elétrico, atualiza periodicamente a chamada "metodologia de acionamento das bandeiras tarifárias", e a divulgação dessa ação ocupa muito espaço nos jornais, rádio e televisão com manchetes no estilo "Aneel define taxa adicional da conta de luz", "conta de luz volta a ter taxa extra", ou até com opções editoriais mais dramáticas na linha "ajuste da bandeira tarifária representa alta de até 50% para atual nível amarelo".

Aproveitando o vácuo de comunicação, a última atualização feita pela Aneel em maio de 2019 teve até exploração política, quando um candidato derrotado à eleição presidencial postou em seu Twitter "Sem luz: Bolsonaro reajusta valor das tarifas de energia elétrica em até 50%", no que foi prontamente corrigido por um leitor que escreveu "Pare de mentir... é a bandeira que será reajustada... Vou desenhar: a bandeira amarela passou de R\$ 1 para R\$ 1,50!".

Por ignorância ou má fé, o candidato cometeu vários erros: 1- nenhum presidente da República define tarifas porque a agência reguladora tem essa missão; 2- as tarifas não foram "reajustadas" nem "revisadas", já que esses rituais acontecem anualmente de acordo com regras bem definidas e que passam, literalmente, por meses de audiências públicas antes de serem aprovadas pela Aneel, conforme os contratos de concessão; 3- os 50% de aumento são sobre o valor anterior da bandeira amarela, o que implica dizer que, em uma conta de luz de R\$ 100 que já embutia o valor de R\$ 1,00 da

bandeira, houve aumento de 0,5% para o consumidor, 100 vezes menos que o tweet sensacionalista sugeriu.

É preciso vigilância para bloquear o populismo e diligência para explicar a intrincada lógica da tarifa de eletricidade

Exageros, má fé e politizações à parte, explicar a tarifa de eletricidade é tarefa complexa e, apesar dos esforços recentes da própria Aneel para melhorar a comunicação sobre o comportamento dos inúmeros componentes da conta de luz, o consumidor continua tendo um desafio enorme toda vez que recebe sua fatura em casa.

Afinal, o que são bandeiras tarifárias, e qual o impacto delas para os consumidores de eletricidade?

Talvez a resposta mais importante e tranquilizadora para o cidadão comum devesse começar com "as bandeiras tarifárias são uma boa iniciativa para os consumidores, pois caminham na direção de dar transparência e tempestividade para os custos que inevitavelmente chegarão à sua conta".

Na prática, as bandeiras antecipam aos consumidores a informação sobre as condições de geração de eletricidade para que os próprios consumidores decidam se vale a pena consumir mais ou menos energia em períodos em que a geração de energia é mais cara, situação que ocorre tipicamente quando os reservatórios de usinas hidrelétricas estão mais vazios e se torna necessário acionar, em benefício da segurança energética para o consumidor, usinas termelétricas de custo variável mais alto.

A implantação desse mecanismo foi um avanço porque, antes das bandeiras, uma situação inusitada e indesejável poderia acontecer (e de fato acontecia): como a incorporação de custos de geração termelétrica à tarifa só acontecia anualmente no chamado "aniversário tarifário" de cada distribuidora de eletricidade, muitos consumidores passavam meses consumindo energia a um custo de geração mais alto, sem saber que teriam que arcar com essa despesa meses à frente, com pagamento de juros à taxa Selic. Além disso, as distribuidoras precisavam financiar com seu próprio caixa todo o período de despacho termelétrico sem ter receitas adicionais para arcar com esse custo.

As bandeiras resolveram, portanto, dois sérios problemas: (a) passaram a sinalizar mensalmente ao consumidor - via cobrança de um adicional que hoje varia entre R\$ 1,50 e R\$ 6 a cada 100 KWh de energia consumida - a necessidade de um consumo mais consciente quando a bandeira sai do nível verde e caminha para as cores amarela e vermelha, indicando geração progressivamente mais cara; (b) deram tempestividade mensal para o

pagamento de uma despesa que seria assumida pelo consumidor de forma acumulada - anual e com juros - apenas nos momentos de reajuste tarifário, que ocorre anualmente, ou de revisão tarifária periódica, que ocorre em média a cada quatro anos.

Por se tratar de implementação regulatória recente que afeta todos os consumidores e todas as distribuidoras, o tema de bandeiras tarifárias tem sido minuciosamente estudado e revisto pelos melhores técnicos. A Aneel organizou uma audiência pública que recebeu 56 contribuições, sendo que 36% foram acatadas integralmente e 2% parcialmente, e até o Tribunal de Contas da União (TCU) se envolveu: após emitir acórdão inicial "determinando" que a Aneel e o MME promovessem o "realinhamento do sistema de bandeiras tarifárias aos reais objetivos almejados", reviu sua posição após pedido de reexame da Aneel e publicou recentemente um acórdão final (1166/2019) apenas recomendando ações para garantir a eficácia do mecanismo e o monitoramento permanente de seus objetivos.

A Aneel também elaborou um vídeo muito didático para explicar as bandeiras tarifárias, mas no Congresso Nacional um deputado federal com certa "experiência" em explorar temas do setor elétrico propôs um Projeto de Decreto Legislativo (PDC) para sustar a criação das bandeiras tarifárias com base em argumentos falaciosos como "... o reajuste das tarifas, que antes era anual, passou a ser mensal" ou "há a desconfiança de que o sistema, diferentemente do que anunciou a Aneel, visa a apenas favorecer as empresas pela antecipação de receitas".

O relator rejeitou o PDC defendendo que o sistema de bandeiras visa a "estabelecer uma forma mais transparente de apresentar ao consumidor o preço da energia por meio do repasse gradual às concessionárias de distribuição de energia elétrica do custo da energia por elas adquirida". Resposta tecnicamente perfeita de um parlamentar que reservou tempo para estudar o tema antes de gerar ruídos.

É preciso vigilância para bloquear o populismo e diligência para explicar à população a intrincada lógica da nossa tarifa de eletricidade. Missão difícil, mas não impossível.

Claudio J. D. Sales e Eduardo Müller Monteiro são, respectivamente, presidente e diretor executivo do Instituto Acende Brasil

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 27/08/2019****Seção: Empresas****Autor: Ana Paula Machado | De São Paulo****Título: ArcelorMittal adia volta de alto-forno**

O fraco desempenho das economias doméstica e mundial fez a ArcelorMittal prolongar a parada de seu alto-forno 2 na usina de Tubarão, instalada na Grande Vitória, no Espírito Santo. Segundo a companhia, o equipamento, desligado para reforma em 23 de junho, tinha previsão de retornar a operação em meados de outubro. Entretanto, a queda na demanda por aço fez a siderúrgica rever os planos e a volta do alto-forno acontecerá somente no fim deste ano.

O alto-forno tem 21 anos de operação e tem capacidade de produção anual de 1,2 milhão de toneladas. Com a reforma, a vida útil do equipamento se estenderá por mais 20 anos, segundo a companhia. A ArcelorMittal informou, ainda, que além da parada de operação do equipamento, a companhia prevê a reforma da máquina de lingotamento contínuo e, com isso os investimentos totais devem somar R\$ 400 milhões.

"As reformas do alto-forno 2, assim como do lingotamento contínuo 2, estavam previstas no orçamento e planejadas para acontecer neste segundo semestre, gerando a contratação temporária de 1,1 mil profissionais, que atuarão nas mais diversas atividades do processo. A iniciativa não afeta o atendimento aos clientes da empresa", informou a companhia por nota.

Em Tubarão, a ArcelorMittal pode produzir 7,5 milhões de toneladas de aço por ano tanto de placas como de bobinas. Além do alto-forno 2, a companhia mantém em operação mais dois equipamentos. A produção dessa unidade, de acordo com a siderúrgica, se destina ao mercado doméstico e internacional, sendo que cerca de 60% é destinada às exportações. A China é o maior destino.

De acordo com estimativas da Worldsteel, a associação que reúne as siderúrgicas do mundo, o consumo aparente de aço deverá crescer de 1% a 2% neste ano, abaixo das estimativas anteriores. André Gerdau Johannpeter, chairman da entidade, disse, recentemente, que esse crescimento será puxado pelo consumo chinês. "Somente a China deve ser responsável por consumir 1

bilhão de toneladas de aço neste ano, aumento de 10% em relação ao consumo do ano passado", disse o executivo.

O analista de investimentos da Mirae Asset, Pedro Galdi, entende que a decisão da ArcelorMittal pode ser explicada pela necessidade de manter a usina operando em capacidade considerada ideal e, dessa forma, reduzir os estoques. "Quando as siderúrgicas reduzem produção desta forma é reflexo de fraqueza de demanda, o que se explica pelo momento da economia doméstica."

Diante da fraca atividade econômica, as siderúrgicas brasileiras operam com um nível de ociosidade acima do aceitável. De acordo com dados do Instituto Aço Brasil, as usinas utilizam 1/3 da capacidade instalada. Até junho, foram produzidas 17,2 milhões de toneladas de aço bruto e a estimativa é de quase estabilidade neste ano, com variação positiva de 0,4%, chegando a 35,5 milhões de toneladas.

Já o consumo aparente no primeiro semestre, de acordo com o Aço Brasil, deve crescer 2,1% neste ano, chegando a 21,6 milhões de toneladas. Até junho, a demanda por aço no mercado doméstico se manteve estável chegando a 10,3 milhões de toneladas no período.

Além da ArcelorMittal, a CSN e Gerdau também pararam altos-fornos em suas operações. Já a Usiminas prepara para o ano que vem a reforma de seu equipamento, na usina de Ipatinga (MG), e deve investir R\$ 1,2 bilhão.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 27/08/2019

Seção: Empresas

Autor: Rodrigo Polito | Do Rio

Título: Conselho da Petrobras analisa nomes para área de governança

O conselho de administração da Petrobras deverá analisar, em reunião amanhã os nomes dos indicados para a diretoria de Governança e Conformidade da companhia. O nome mais cotado para assumir o cargo é o de Marcelo Zenkner, ex-promotor do Ministério Público do Espírito Santo e ex-secretário capixaba de Controle e Transparência.

As informações foram antecipadas ontem pelo site "Petróleo Hoje", da revista especializada "Brasil Energia", e confirmadas pelo **Valor** com uma fonte com conhecimento do assunto.

Na reunião de amanhã, os conselheiros poderão já bater o martelo em relação ao nome do novo diretor ou poderão solicitar mais informações e adiar a decisão para um próximo encontro.

Os nomes dos indicados para a diretoria foram selecionados por uma companhia de "head hunter" contratada pela estatal.

A diretoria de Governança e Conformidade está vaga desde o início de julho, quando Rafael Gomes renunciou ao cargo. Desde então, a diretoria está sendo acumulada interinamente pelo diretor de Assuntos Corporativos da companhia, Eberaldo de Almeida Neto.

Criada no fim de 2014, no âmbito dos esforços da Petrobras para combater internamente atos ilícitos, a diretoria de Governança e Conformidade iniciou os trabalhos em janeiro do ano seguinte, sob o comando de João Elek Júnior. Na época, a petroleira se via no epicentro de uma ampla investigação de pagamento de propinas por empreiteiras a executivos e gerentes da estatal em troca de assinatura de contratos relevantes da companhia, apurado pela força-tarefa da "Lava-Jato", da Polícia Federal e o Ministério Público Federal.

Procurada, a Petrobras não se manifestou sobre o assunto. Em entrevista recente ao **Valor**, o presidente da petroleira, Roberto Castello Branco, afirmou que todos os candidatos a cargo de gestão na estatal tem de passar por avaliação de integridade e de experiência.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 27/08/2019

Seção: Empresas

Autor: Ana Paula Machado | De São Paulo

Título: CBA paga US\$ 50 mi por unidade da Arconic

A Companhia Brasileira de Alumínio (CBA), do grupo Votorantim, anunciou ontem a compra da operação da Arconic em Pernambuco por US\$ 50 milhões. Segundo comunicado da companhia instalada em Alumínio, no interior de São Paulo, com a aquisição a empresa poderá complementar a sua linha de produtos laminados no país.

A Arconic, localizada em Itapissuma, Pernambuco, tem capacidade instalada de 50 mil toneladas anuais entre folhas e chapas de alumínio. "A Arconic irá contribuir para melhorar a competitividade da indústria nacional frente aos produtos importados", diz a CBA em comunicado.

A operação está sujeita à autorização dos órgãos reguladores, de acordo com a CBA. "Até a conclusão do processo, as operações de ambas as empresas continuarão de forma independente", informou a companhia.

MME / ASCOM .